

UMA CONCERTAÇÃO
PELA AMAZÔNIA

 Amazônia Legal
em **Dados**

Uma análise dos indicadores da PNAD Contínua em 2020 e 2021

Setembro 2022


MacroPlan

Impactos da pandemia na Amazônia Legal

- Com a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), foi possível obter uma visão das condições da Amazônia Legal em diversos aspectos socioeconômicos durante o período de pandemia no país, e quais possíveis impactos foram sofridos pela região.
- Neste documento, foram explorados um total de 9 indicadores da PNAD Contínua, divididos em três temas – educação, desenvolvimento social e economia – a fim de entender o desempenho da região no período 2019-2021.
- É importante ressaltar que, segundo o IBGE, os impactos diretos da pandemia ainda não estão incorporados nas estimativas de sexo e classes de idade obtidas com a pesquisa. Portanto, o comportamento de alguns indicadores pode sofrer alterações após atualizações de parâmetros de acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022.
- Além de adicionar novos valores na série histórica, todos os indicadores receberam atualizações retroativas, de acordo com as novas estimativas de pesos de expansão da amostra da pesquisa.



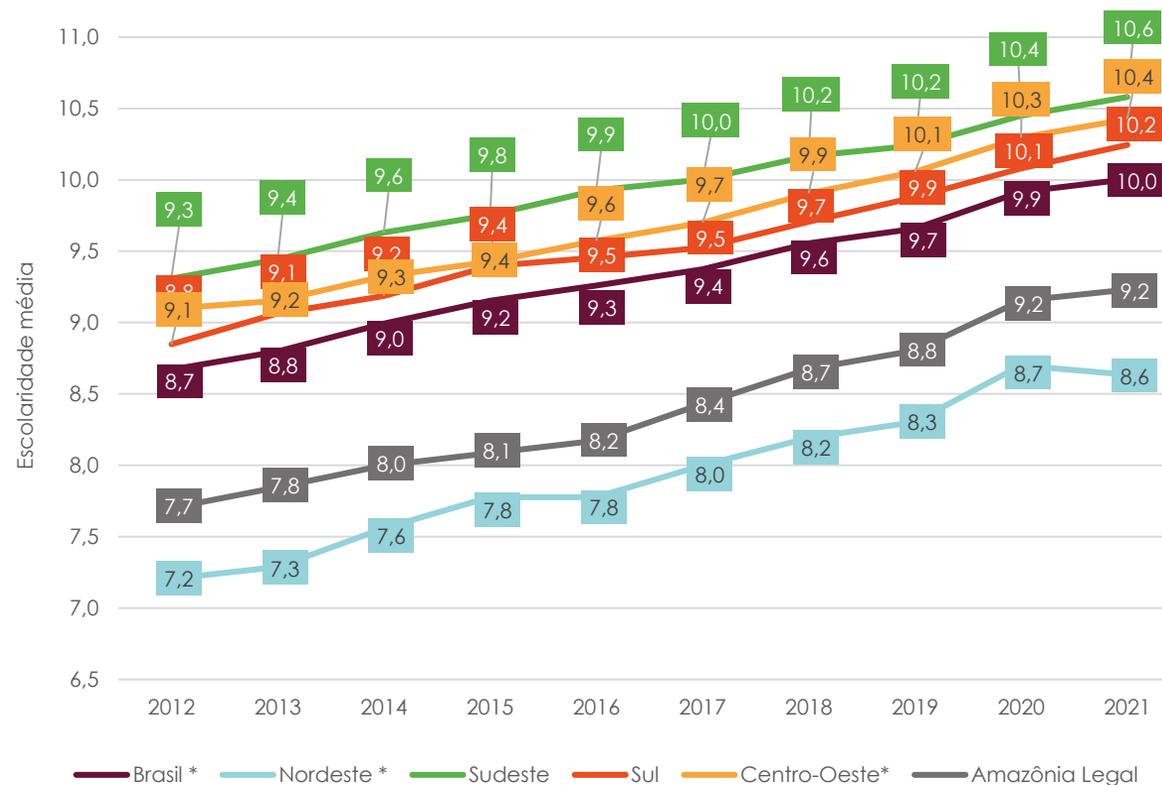
Educação

1 Escolaridade Média (1/2)

Escolaridade média da região ficou praticamente estável em 2021

- Em 2021, a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais na região da Amazônia Legal aumentou em relação ao período pré-pandemia, em 2019. Em 2020, a região alcançou o patamar de 9,2 anos de estudo e permaneceu estável no ano seguinte.
- Ainda assim, a região permaneceu com escolaridade média inferior à média do restante do país (10 anos), tendência que continua igual no decorrer dos anos.
- O impacto do fechamento das escolas e a mudança na forma de ensino ainda não pode ser captada neste indicador. Uma melhor avaliação será feita nos próximos anos, considerando que a interrupção da educação no período pandêmico terá impacto a médio-longo prazo.

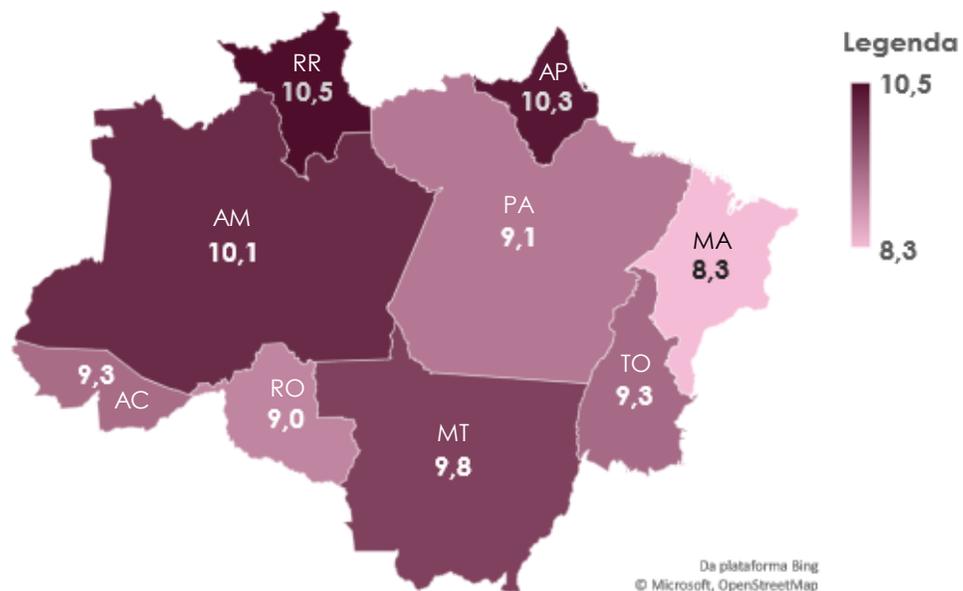
Evolução da escolaridade média por região



1 Escolaridade Média (2/2)

- Dentre os estados pertencentes à região, Roraima foi o que apresentou maior média, com valor de 10,5 anos de estudo em 2021, superior até mesmo à média do restante do país (10). Amazonas e Amapá também conseguiram tal feito, com valores de 10,1 e 10,3, respectivamente. Maranhão apresentou a menor média da região (8,3) e a 3º menor do país.
- O maior incremento entre 2019 e 2021 foi observado no Amapá e o menor em Rondônia.

Escolaridade média (anos)



Visão territorial

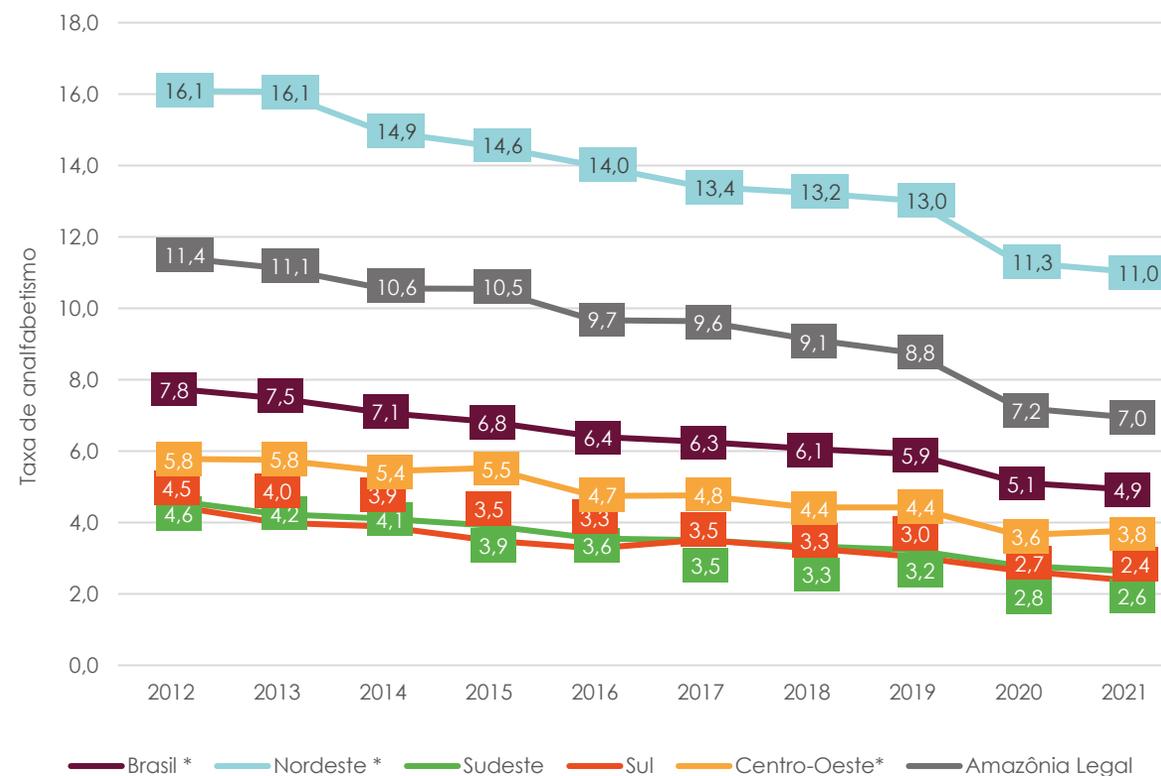
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em %)	Var. 2019-20 (em %)	Var. 2020-21 (em %)
RO	1,1	3,4	-2,2
AC	5,7	3,4	2,2
AM	3,1	2,0	1,0
RR	2,9	2,9	0,0
PA	4,6	3,4	1,1
AP	5,1	2,0	3,0
TO	4,5	3,4	1,1
MA	6,4	6,4	0,0
MT	3,2	3,2	0,0
Média Amazônia Legal	4,5	4,5	0,0
Média Brasil (sem AL)	3,1	2,1	1,0

2 Taxa de Analfabetismo (1/2)

Taxa de analfabetismo apresentou melhora em 2019-2021, apesar de níveis ainda elevados

- ▶ A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais sofreu uma queda no período da pandemia. Em 2019, a taxa que era de 8,8%, baixou para 7,2% em 2020 e alcançou 7% em 2021, indicando que a cada 100 pessoas com 15 anos ou mais, aproximadamente 7 não sabem ler e nem escrever.
- ▶ Apesar dessa melhoria, a taxa permaneceu mais de 2 p.p. superior a taxa do restante do país em 2021 (4,9%).
- ▶ A educação foi um dos fatores mais impactados no período pandêmico. Além do fechamento de escolas, a forma de ensino teve de ser adaptada e muitas pessoas não conseguiram acompanhar essa adaptação. Apesar da tendência de melhoria no período, todos os indicadores de educação necessitarão ser avaliados nos próximos anos, para mensurar o impacto que a pandemia teve no ensino de jovens e adultos.

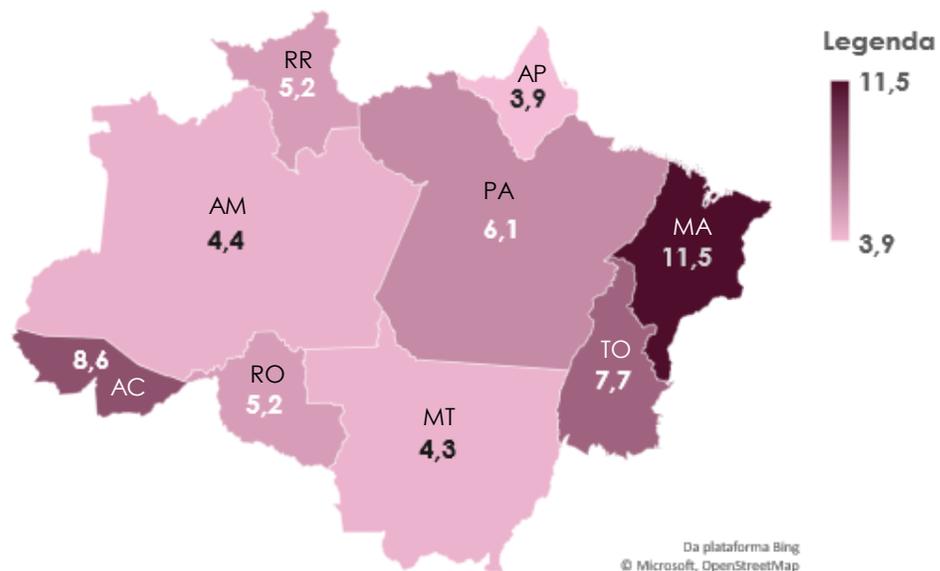
Evolução da taxa de analfabetismo por região



2 Taxa de Analfabetismo (2/2)

- O estado do Amapá foi o estado da região que apresentou a menor taxa em 2021, com valor de 3,9%, enquanto o Maranhão foi o com maior taxa de analfabetismo, com o valor de 11,5%.
- O maior avanço entre 2019 e 2021 foi observado no Maranhão, seguido pelo Acre.

Taxa de analfabetismo (%)



Visão territorial

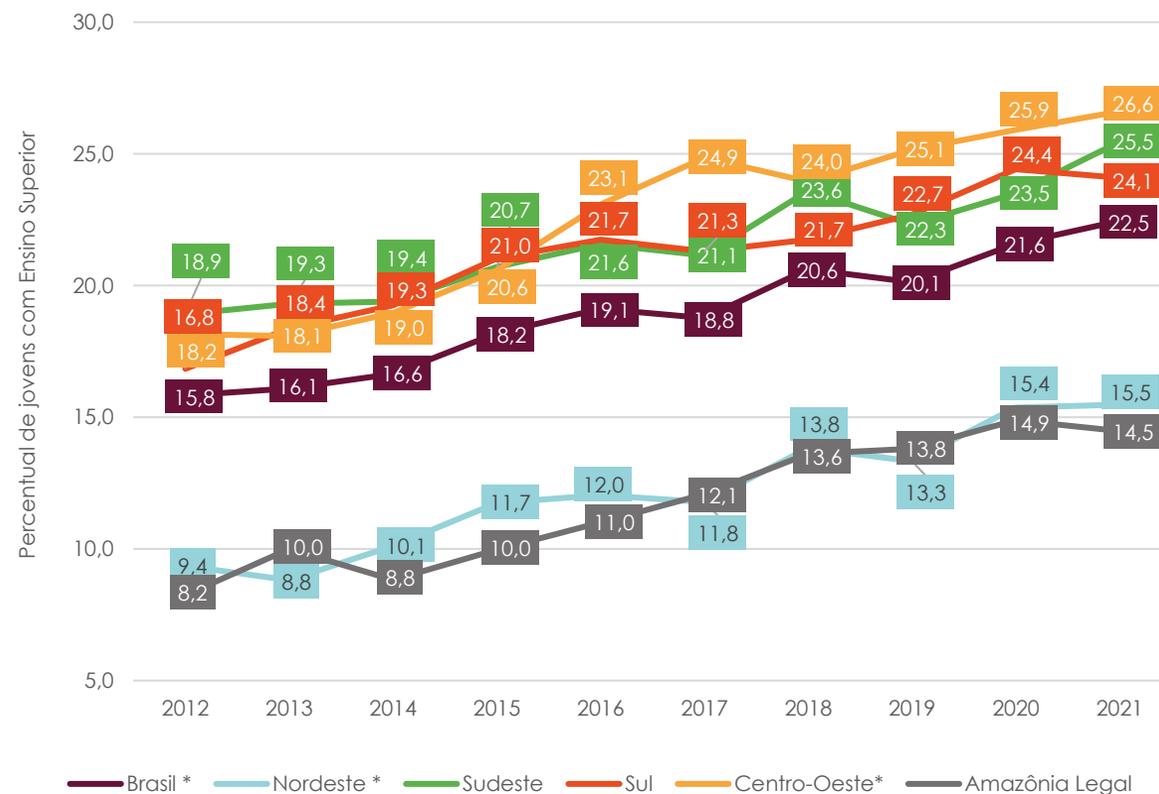
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	-0,7	-1,4	0,7
AC	-2,6	-2,3	-0,3
AM	-0,8	-0,6	-0,2
RR	0,2	-1,1	1,3
PA	-2,0	-1,9	-0,1
AP	-1,2	-0,2	-1,0
TO	-1,2	-0,6	-0,6
MA	-2,8	-2,1	-0,7
MT	-1,0	-1,1	0,1
Média Amazônia Legal	-1,8	-1,6	-0,2
Média Brasil (sem AL)	-1,0	-0,8	-0,2

3 Percentual de Jovens com Ensino Superior (1/2)

Queda do percentual de jovens com Ensino Superior em 2021

- Em 2019, o percentual de jovens de 25 a 29 anos com ensino superior foi de 13,8%. No primeiro ano da pandemia, esse valor aumentou para 14,9%, seguindo a tendência de crescimento observado nos últimos anos. Em 2021, houve uma queda de 0,4 p.p.. Contribuiu para este comportamento o fechamento das universidades, impossibilitando a formação dos jovens que estavam com previsão de conclusão em 2021, devido ao adiamento das aulas.
- Mesmo com a queda apresentada em 2021, comparando o último ano pré-pandemia (2019) com 2021, a região teve um aumento de 0,7 p.p. na taxa.
- Apesar dessa tendência de melhoria, o percentual permanece bem inferior ao valor do restante do país, que foi de 22,5% em 2021.

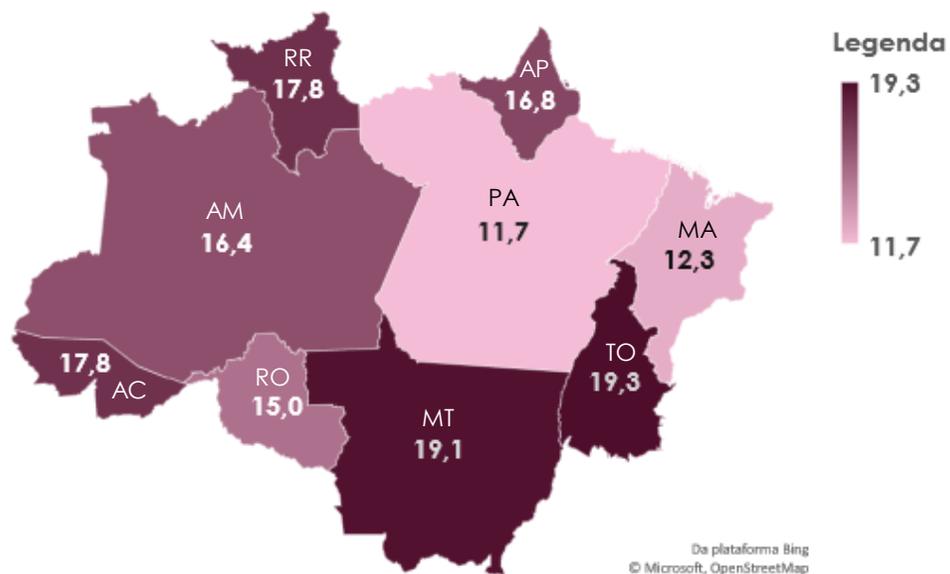
Evolução do percentual de jovens com Ensino Superior por região



3 Percentual de Jovens com Ensino Superior (2/2)

- O estado do Tocantins foi o estado com maior percentual dentre os demais da região, com 19,3% dos jovens com ensino superior. Já o estado do Pará foi o que apresentou menor percentual, no valor de 11,7%.
- Entre 2019 e 2021, Tocantins teve também o melhor desempenho.

Percentual de jovens com Ensino Superior (%)



Visão territorial

Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	0,2	-0,8	1,0
AC	-0,3	1,7	-2,0
AM	1,0	-1,5	2,5
RR	2,3	2,3	0,0
PA	-0,5	1,3	-1,8
AP	0,4	0,2	0,2
TO	1,8	5,4	-3,6
MA	3,0	2,0	1,0
MT	-0,8	1,3	-2,1
Média Amazônia Legal	0,7	1,1	-0,4
Média Brasil (sem AL)	2,4	1,5	0,9



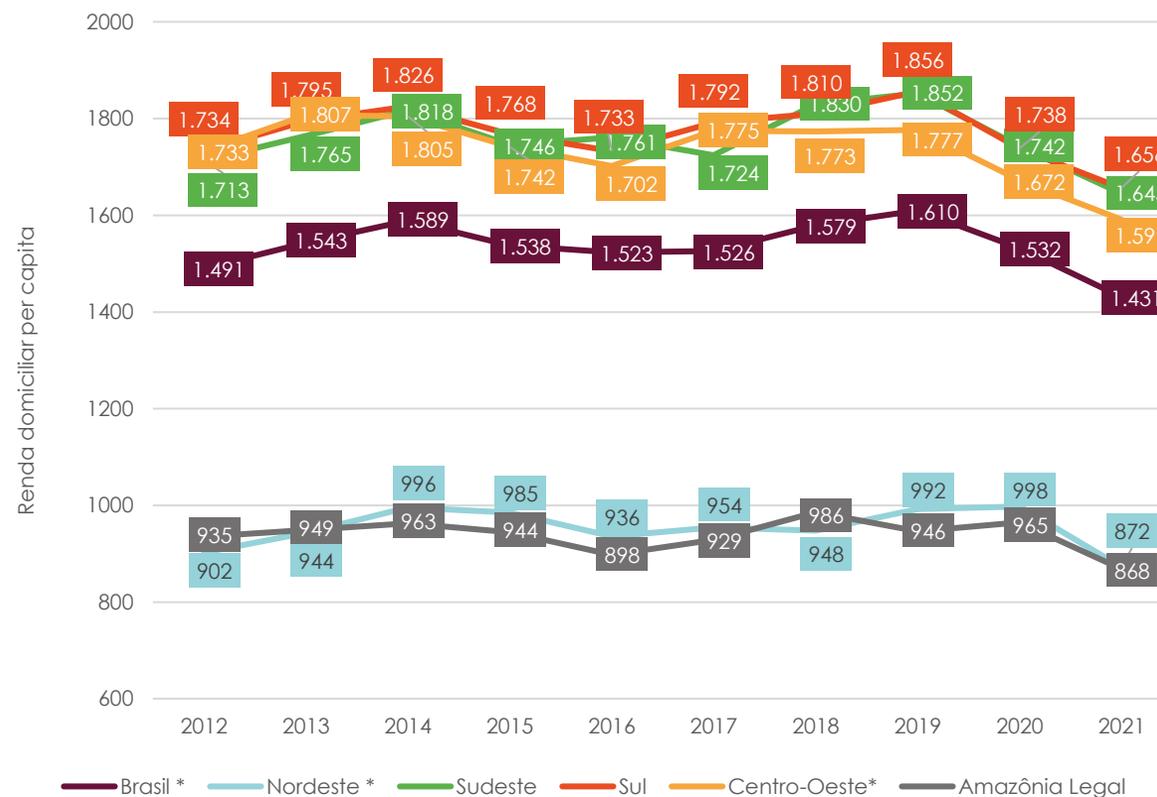
Desenvolvimento Social

4 Renda domiciliar per capita (1/2)

Rendimento da região caiu menos que o restante do país entre 2019 e 2021

- A região da Amazônia Legal apresentou um nível de rendimento domiciliar de R\$868 em 2021, quase metade do da região Sul. Houve uma queda de 8,2% do rendimento frente a 2019, inferior ao restante do país (-11,2%). A trajetória do rendimento entre 2019-2021 foi marcada por duas fases distintas i) fase 2019-2020; ii) fase 2020-2021.
- Houve um aumento de 1,9% no rendimento regional entre 2019-2020 melhor que desempenho verificado no Sul e Sudeste no período. Contribuiu para este crescimento o volume de transferências de renda do Auxílio Emergencial para mitigar os impactos econômicos da pandemia.
- Em compensação, entre 2020-2021, houve queda de 10% dos rendimentos na região, um resultado pior do que o verificado no Sul e Sudeste.

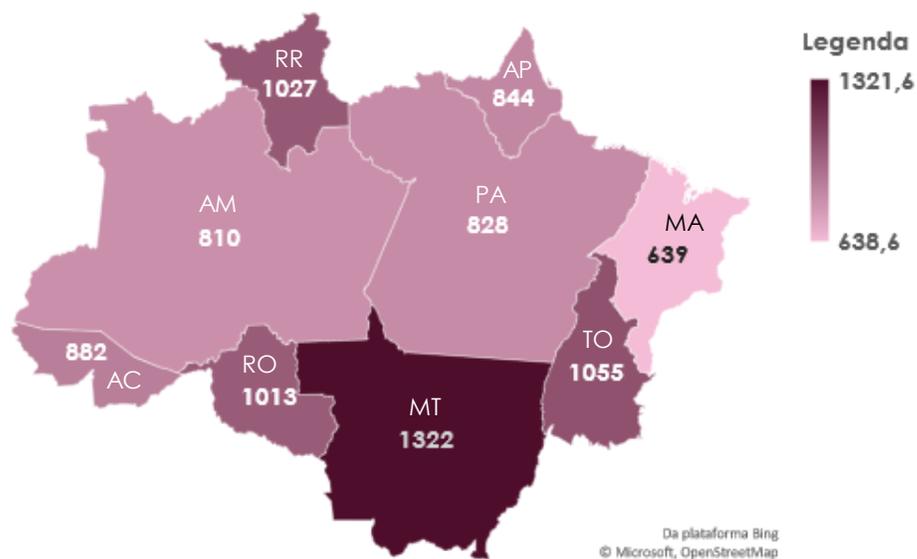
Evolução da renda domiciliar per capita por região



4 Renda domiciliar per capita (2/2)

- Entre as UFs de maior crescimento entre 2019 e 2020, destaca-se o Pará, com aumento de 7,7%.
- Entre 2020 e 2021, destaca-se Rondônia com maior queda (-15,3%). Roraima foi a única UF da região a apresentar algum crescimento no último ano (+0,3%).

Renda domiciliar per capita (R\$)



Visão territorial

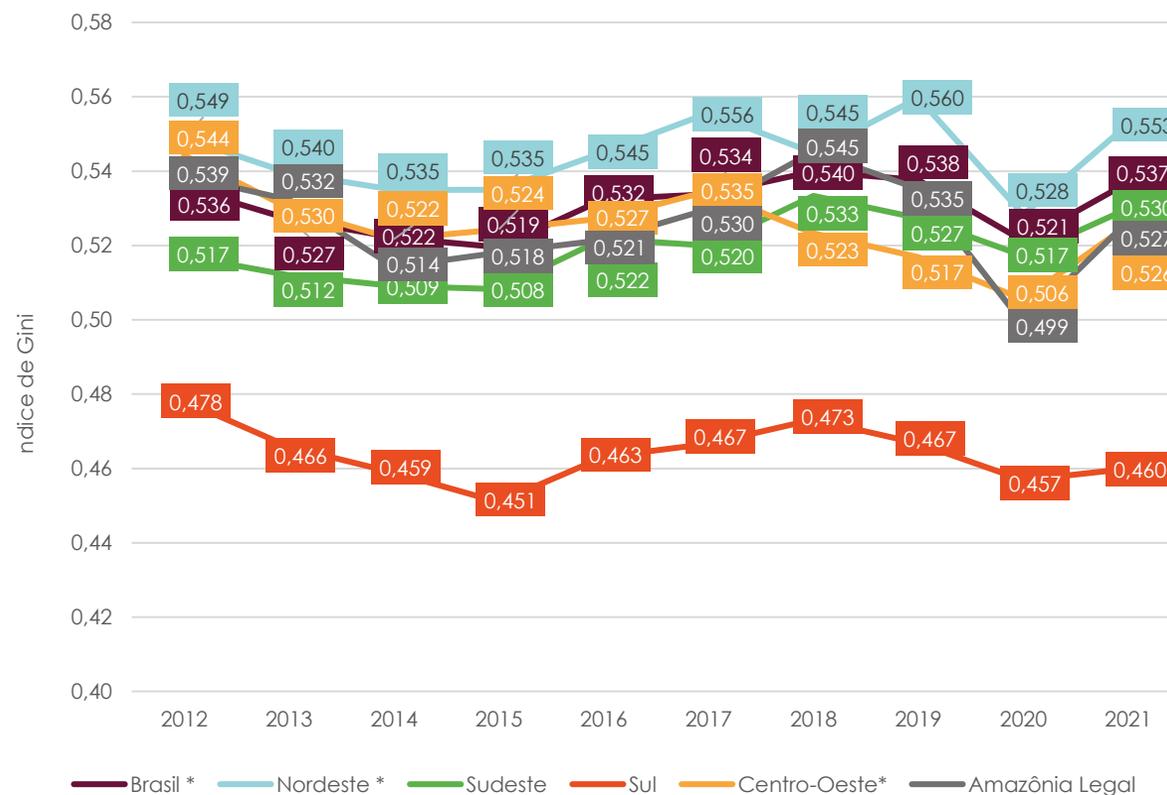
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em %)	Var. 2019-20 (em %)	Var. 2020-21 (em %)
RO	-16,5	-1,4	-15,3
AC	-9,0	0,8	-9,8
AM	-10,2	-1,0	-9,3
RR	-10,1	-10,3	0,3
PA	-3,9	7,7	-10,8
AP	-10,6	-2,2	-8,5
TO	-6,3	-2,5	-3,9
MA	-7,5	4,6	-11,6
MT	-10,7	-1,8	-9,1
Média Amazônia Legal	-8,2	1,9	-10,0
Média Brasil (sem AL)	-11,2	-4,9	-6,6

5 Desigualdade de renda (1/2)

Desigualdade da região cai entre 2019-2021, enquanto o restante do país permanece estável

- Em 2021, a Amazônia Legal observou um coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita de 0,527. Quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda. O resultado é melhor do que a média do restante do país (0,564). Entre 2019 e 2021, a região observou uma melhoria do Gini, com queda de 1,5%, enquanto o restante do país teve estabilização(0,0%).
- Esta redução da desigualdade da região do período esteve concentrada no primeiro ano de pandemia, em 2020, com a entrada do Auxílio Emergencial. Entre 2019-2020, houve queda de 6,7% do Gini, superior ao resto do país (-3,7%).
- A desigualdade volta a crescer em 2021, com a retirada das transferências temporárias. Entre 2020-2021, houve crescimento de 5,6% do Gini na região, superior ao crescimento do resto do país (3,8%)

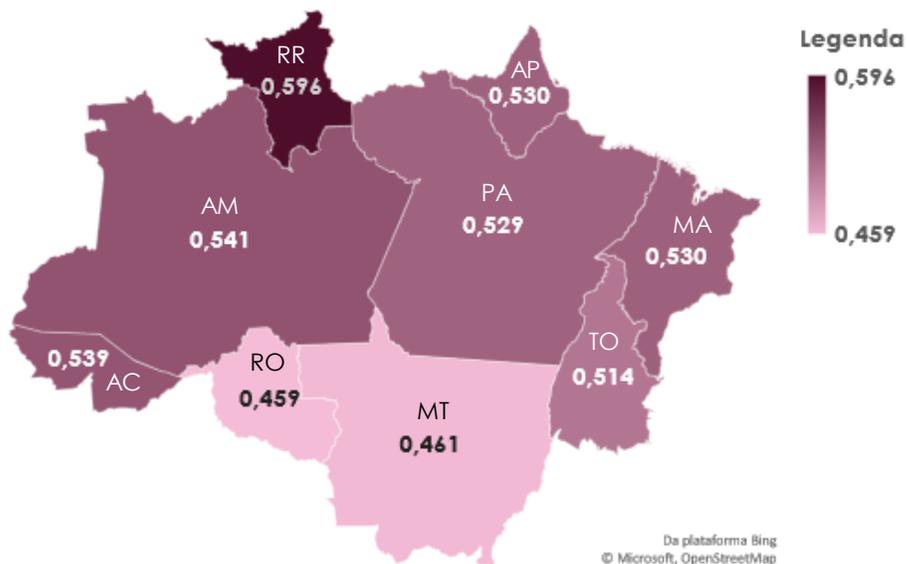
Evolução do Índice de Gini por região



5 Desigualdade de renda (2/2)

- A nível estadual, 8 das 9 Unidades da Federação da região apresentaram melhoria da desigualdade entre 2019 e 2020, das quais 3 apresentaram queda superior a 8%: Pará, Tocantins e Maranhão. Entre 2020 e 2021, 3 apresentaram uma piora de Gini superior a 10% (Maranhão, Roraima e Pará). O Mato Grosso foi o único estado a apresentar redução de desigualdade no período (-0,2%).

Índice de Gini



Visão territorial

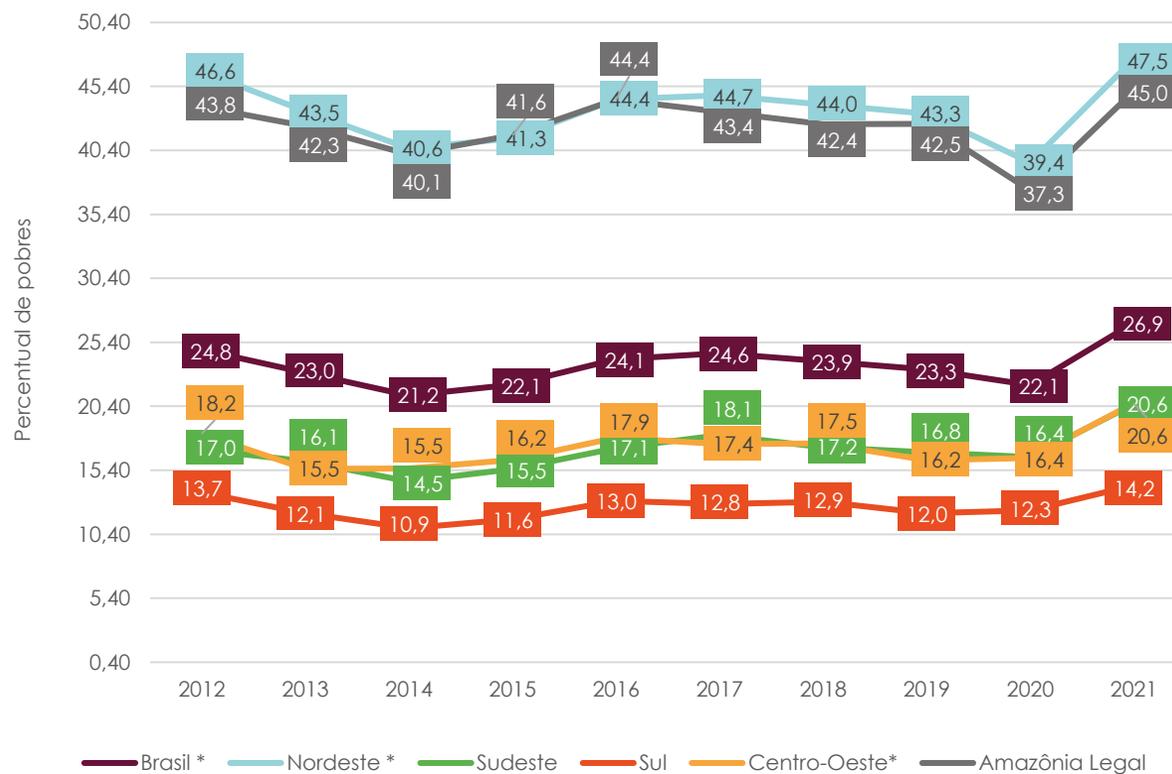
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em %)	Var. 2019-20 (em %)	Var. 2020-21 (em %)
RO	-2,8	-7,0	4,6
AC	-3,6	-7,9	4,7
AM	-4,4	-5,8	1,5
RR	2,8	-6,9	10,4
PA	0,2	-9,1	10,2
AP	3,3	-2,5	6,0
TO	-3,0	-8,5	6,0
MA	-0,2	-9,2	10,0
MT	1,5	1,8	-0,2
Média Amazônia Legal	-1,5	-6,7	5,6
Média Brasil (sem AL)	0,0	-3,7	3,8

6 Percentual de pobres (1/2)

Pobreza na região cresceu 2,5 p.p. entre 2019-2021 e é o triplo do Sul

- Quando considerado a linha de pobreza de US\$5,5 ao dia PPC (ou R\$28,6/dia em ago/22), a Amazônia Legal observou uma proporção de pessoas na condição de pobreza de 45% em 2021. Este nível é quase o triplo do verificado na média da região Sul (14,2%). Entre as Unidades da Federação, os níveis de pobreza variam fortemente dentro da região, indo desde a taxa de 20,6% do estado melhor colocado (Mato Grosso) até os 57,5% do estado pior colocado (Maranhão).
- No primeiro ano de pandemia, em 2020, com a entrada do auxílio emergencial para mitigar os efeitos da pandemia na renda, a proporção de pobres caiu 5,2 p.p. na região, na comparação com 2019.
- Entre 2020 e 2021, houve retrocessos na proporção de pobres com aumento de 7,7 p.p. na região, superior ao restante do país (4,8p.p.).

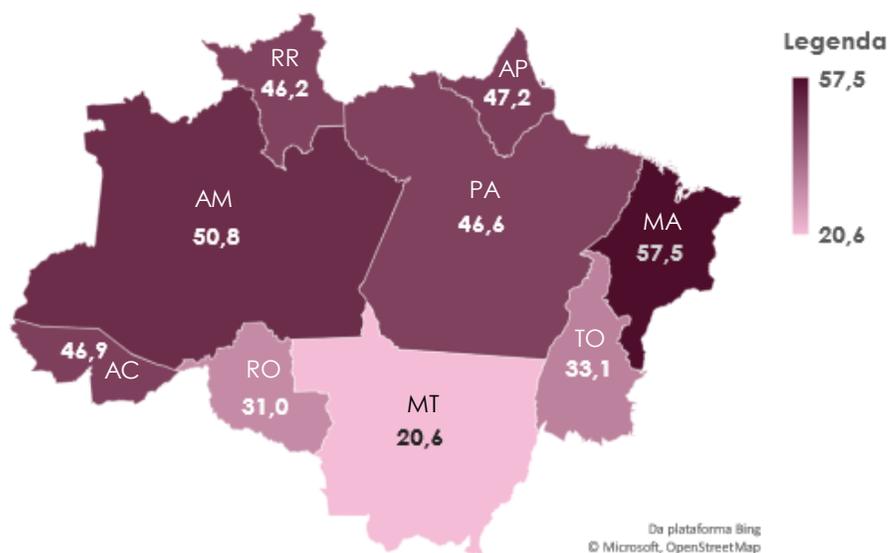
Evolução do percentual de pobres por região



6 Percentual de pobres (2/2)

- Entre as Unidades da Federação, o maior destaque negativo de 2020-2021 foi o estado de Rondônia, com aumento de 11,3 p.p. na proporção de pobres. Nenhuma UF apresentou queda da pobreza no período. O resultado contrasta fortemente com o período de 2019-2020, quando 7 das 9 UFs apresentaram redução da pobreza, tendo o Pará como o maior destaque positivo (queda de 8,8 p.p. em 2019-2020).

Percentual de pobres (%)



Visão territorial

Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	6,8	-4,5	11,3
AC	2,2	-4,6	6,8
AM	1,8	-4,5	6,3
RR	5,8	-0,8	6,6
PA	0,8	-8,8	9,6
AP	3,0	-3,1	6,1
TO	-1,1	-4,0	2,9
MA	3,5	-5,7	9,2
MT	5,1	1,7	3,4
Média Amazônia Legal	2,5	-5,2	7,7
Média Brasil (sem AL)	3,6	-1,2	4,8



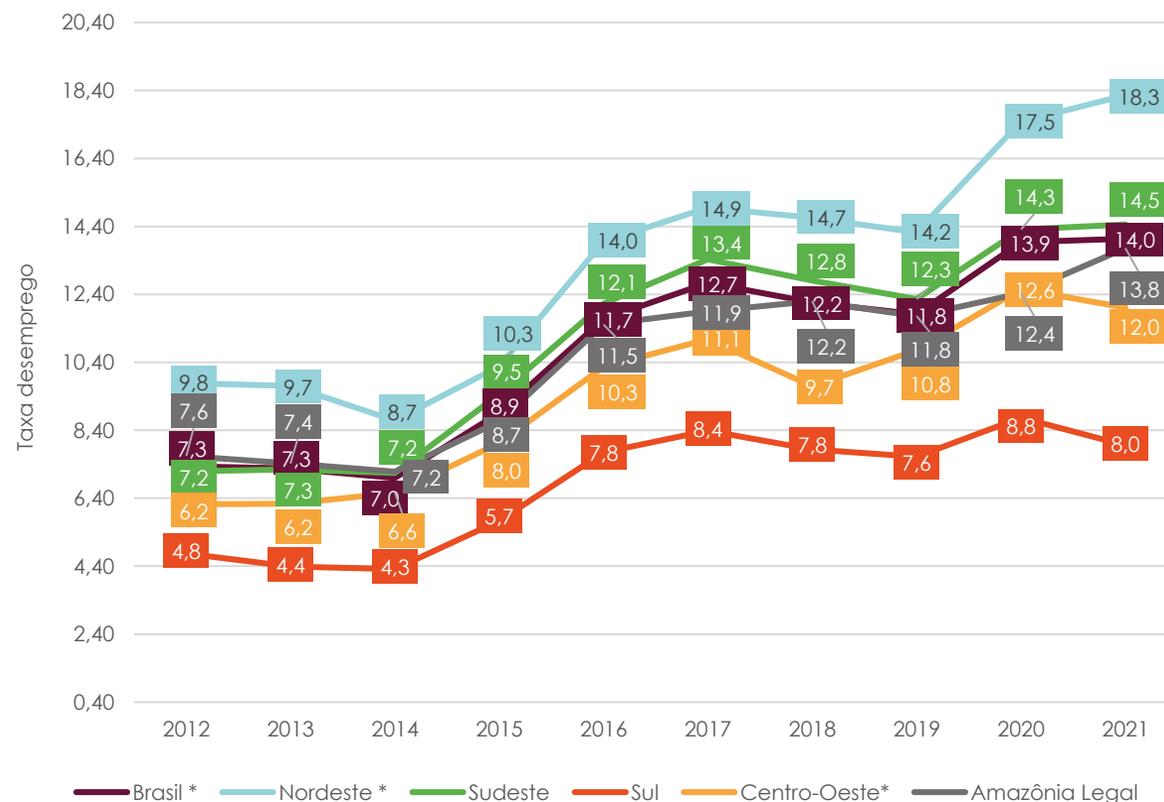
Desenvolvimento econômico

7 Taxa de desemprego (1/2)

Desemprego regional cresceu 1,4 p.p. em 2021, enquanto o do restante do país ficou estável

- Em 2021, a região da Amazônia Legal apresentou um nível de desemprego de 13,8%. Trata-se de um valor superior à média da região Sul (8,0%), porém inferior à média do Nordeste (18,3%). A nível estadual, o desemprego varia fortemente dentro da Amazônia Legal, indo desde os 9,4% registrados por Rondônia e Mato Grosso até os 17,5% do Maranhão.
- Desde 2019, o desemprego da região como um todo já acumula um crescimento de 2 p.p. (11,8% em 2019). Contribuiu para esta piora do desemprego a desaceleração da atividade decorrente das incertezas da pandemia e das medidas sanitárias de isolamento social.
- Em 2021, mesmo diante de um cenário de flexibilização e de recuperação da atividade em todo o país, o desemprego da região seguiu com crescimento. A Amazônia Legal registrou em 2021 um aumento de 1,4 p.p. na taxa, em relação a 2020, enquanto o restante do país apresentou leve crescimento (alta de 0,1 p.p.).

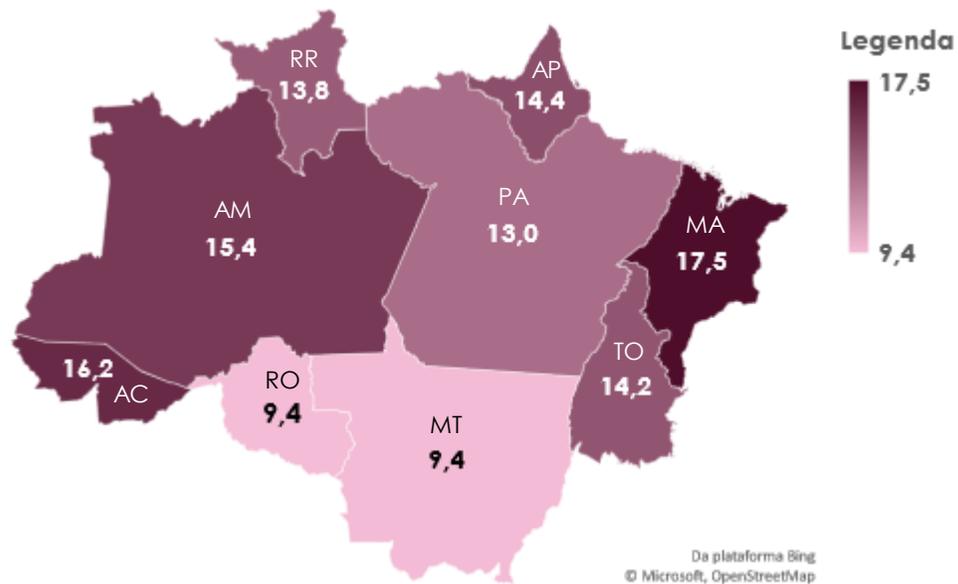
Evolução da taxa de desemprego por região



7 Taxa de desemprego (2/2)

- Apesar do forte aumento regional entre 2020-2021, 4 das 9 UFs da região conseguiram registrar queda do desemprego no período. Dentre estas UFs, o maior destaque positivo se encontra em Roraima e Amapá, com queda de 2,8 p.p. e 2,4 p.p., respectivamente.
- Dentre as Unidades da Federação, o maior destaque negativo regional entre 2020-21 foi Tocantins (alta de 3,0 p.p.).

Taxa de desemprego (%)



Visão territorial

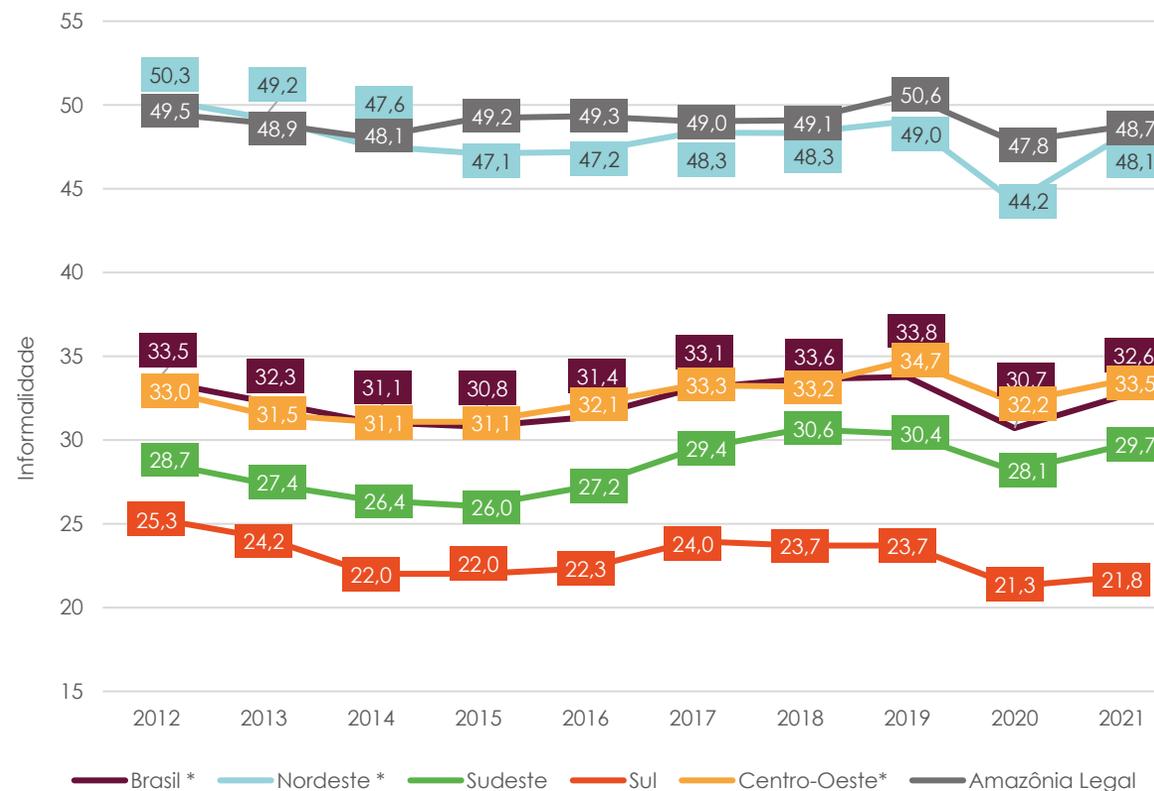
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	1,3	1,9	-0,6
AC	1,5	1,0	0,5
AM	1,3	0,7	0,6
RR	-1,1	1,7	-2,8
PA	2,4	-0,1	2,5
AP	-1,9	0,5	-2,4
TO	2,2	-0,8	3,0
MA	3,4	1,4	2,0
MT	1,2	1,3	-0,1
Média Amazônia Legal	2,0	0,6	1,4
Média Brasil (sem AL)	2,2	2,1	0,1

8 Taxa de Informalidade (1/2)

Informalidade na região volta a crescer em 2021, mas ainda em patamar inferior ao de 2019

- Em 2021, a Amazônia Legal observou mais de 48,7% de sua população ocupada em vínculos de trabalho informais. O resultado é superior à média do restante do país (32,6%). Os resultados da região variam fortemente a nível estadual, indo desde os 56,4% apresentados no Maranhão até os 34,1% do Mato Grosso.
- A informalidade da região alcançou o valor mínimo de 47,8% em 2020, em função da saída de pessoas da força de trabalho sobretudo os informais que não conseguiram exercer suas atividade durante o período de isolamento social. Trata-se de uma forte queda de 2,8 p.p. em relação à 2019.
- A taxa voltou a crescer em 2021. Houve aumento de 0,9 p.p. na informalidade da região em 2021, na comparação com 2020 crescimento inferior ao restante do país (+1,9 p.p.).

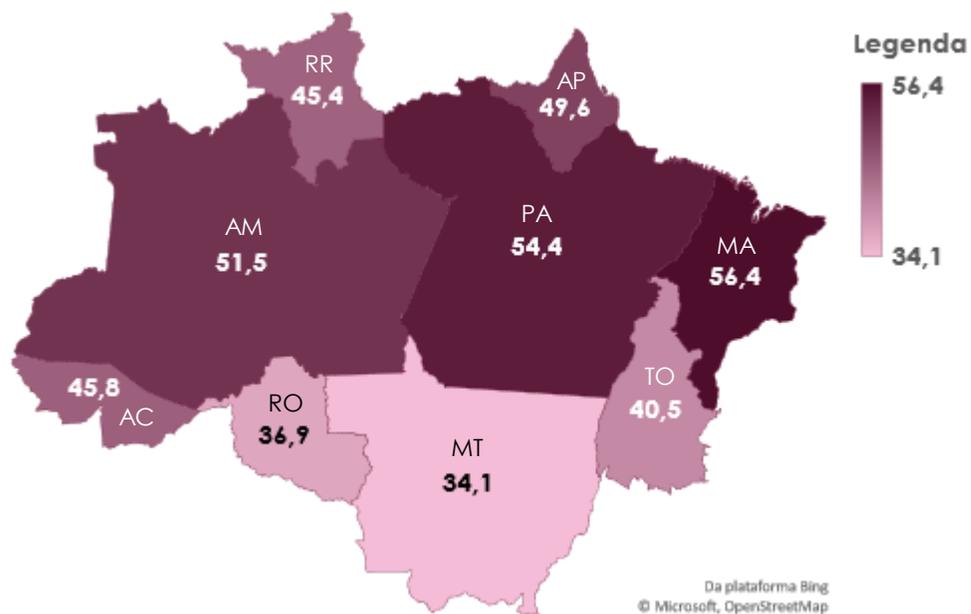
Evolução da taxa de informalidade por região



8 Taxa de Informalidade (2/2)

- Dentre as Unidades da Federação, entre 2019 e 2020, destacam-se Rondônia e Roraima com maiores quedas no período, -5,0 p.p. e -5,1 p.p. respectivamente.
- Entre 2020 e 2021, se destacam Rondônia, Amazonas e Roraima com maior crescimento (2,2 p.p., 2,2 p.p. e 3,1 p.p., respectivamente). O Pará foi a única UF a registrar queda na informalidade da região.

Percentual de ocupados informais (%)



Visão territorial

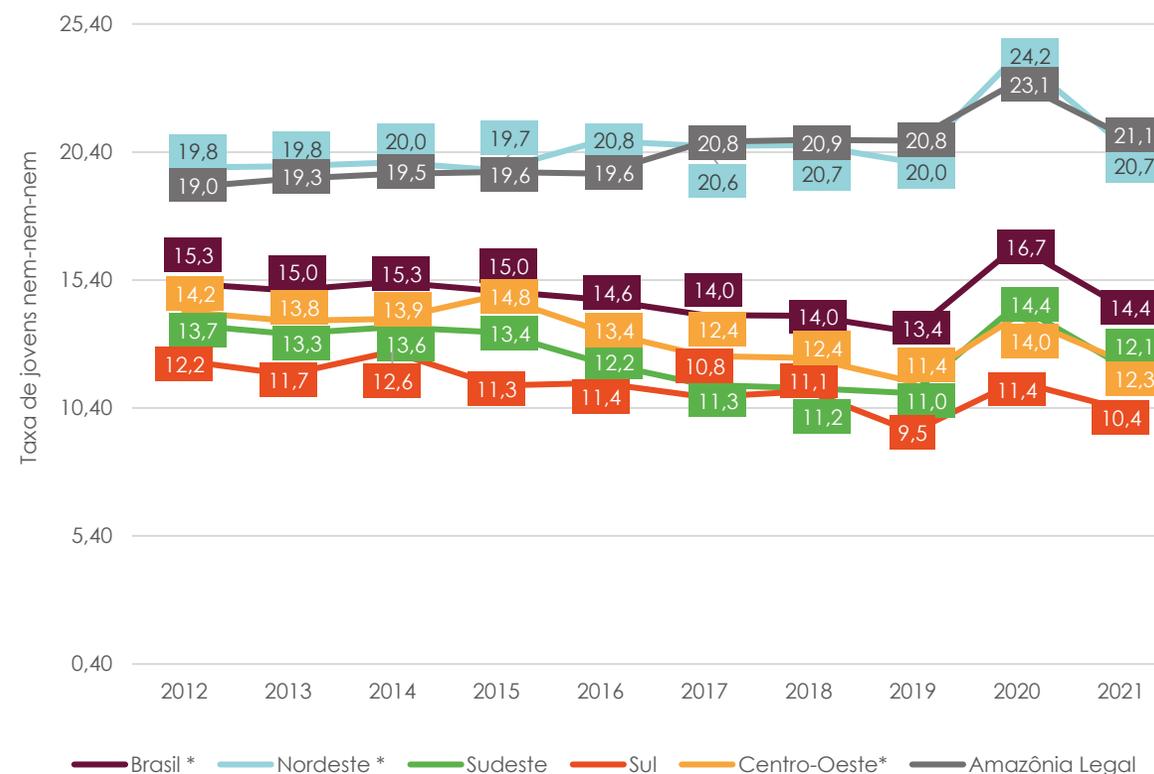
Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	-2,8	-5,0	2,2
AC	-0,7	-1,3	0,6
AM	1,7	-0,5	2,2
RR	-2,0	-5,1	3,1
PA	-4,8	-4,3	-0,5
AP	-2,1	-3,7	1,6
TO	-3,6	-4,4	0,8
MA	-0,5	-1,0	0,5
MT	0,0	-1,6	1,6
Média Amazônia Legal	-1,9	-2,8	0,9
Média Brasil (sem AL)	-1,2	-3,1	1,9

9 Taxa de jovens nem-nem-nem (1/2)

Após o seu pico em 2020, taxa de jovens nem-nem-nem volta a cair em 2021

- Na Amazônia Legal, a proporção de jovens de 15 a 29 anos que não trabalha, não estuda e nem procura emprego (nem-nem-nem) foi de 21,1% em 2021. Trata-se de uma taxa 6,7 p.p. superior ao restante do país (14,4%). A região também detém a Unidade da Federação com maior proporção em todo o país, com o Maranhão registrando o nível de 27,3%.
- O primeiro ano da pandemia foi caracterizado pelo aumento nesse indicador que registrou o pico na série desde 2012, com 23,1% na região,
- Entre 2020-2021, houve queda no indicador regionalmente (-2 p.p.). Contribuiu para essa redução no período a flexibilização das medidas de isolamento social ao longo de 2021.

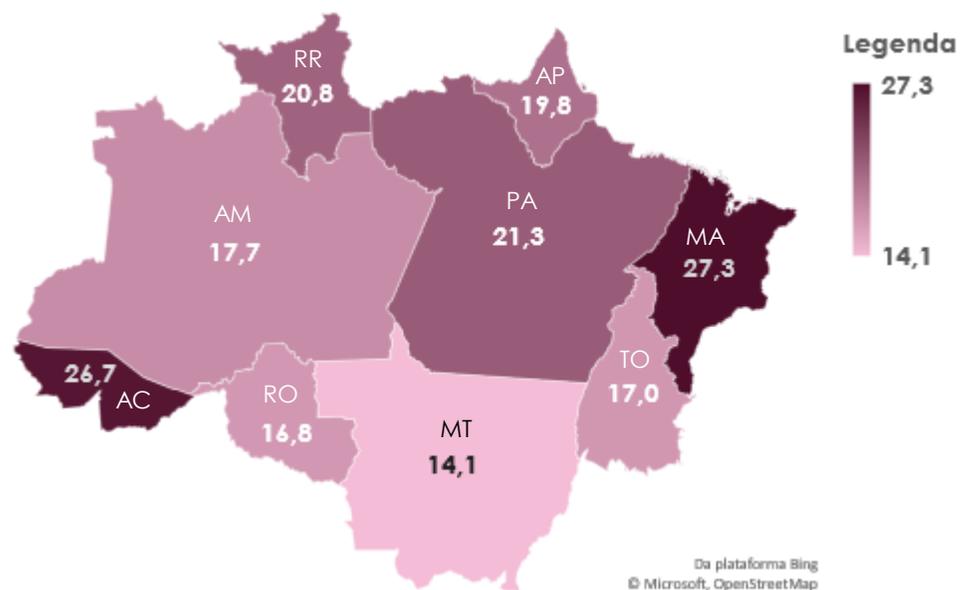
Evolução da taxa de jovens nem-nem-nem por região



9 Taxa de jovens nem-nem-nem (2/2)

- Apesar desta melhoria na região em 2021, 6 das 9 Unidades da Federação ainda apresentam proporções de nem-nem-nems superiores ao ano pré-pandemia de 2019. Apenas Pará, Amapá e Maranhão verificaram níveis de nem-nem-nem inferiores ao período pré-pandemia.

Taxa de jovens nem-nem-nem (%)



Visão territorial

Unidade da Federação	Var. 2019-21 (em p.p.)	Var. 2019-20 (em p.p.)	Var. 2020-21 (em p.p.)
RO	0,5	-2,1	2,6
AC	3,0	4,1	-1,1
AM	0,4	2,9	-2,5
RR	3,6	2,6	1,0
PA	-0,5	3,5	-4,0
AP	-1,3	3,3	-4,6
TO	2,1	4,8	-2,7
MA	-0,8	0,7	-1,5
MT	1,4	1,5	-0,1
Média Amazônia Legal	0,3	2,3	-2,0
Média Brasil (sem AL)	1,0	3,3	-2,3

Síntese (1/2)

- A pandemia de Covid-19 impactou uma série de indicadores socioeconômicas na região da Amazônia Legal.
- Começando pelos de educação, nota-se uma leve queda do percentual de jovens com Ensino Superior entre 2020 e 2021 (-0,4 p.p.), um desempenho que não foi verificado no restante do país (+0,9 p.p.).
- Pode ter contribuído para pior desempenho na região a maior dificuldade de adequação do ensino remoto em função do menor acesso à internet.¹ Muitos jovens não conseguiram acompanhar a transição ao ensino à distância durante a pandemia, diante de um contexto de fechamento de universidades.
- Os indicadores de analfabetismo registraram leve melhora e os níveis de escolaridade média da população adulta não tiveram grandes mudanças na região entre 2020 e 2021. Contudo, o impacto do fechamento das escolas e a mudança na forma de ensino ainda não pôde ser captado nestes indicadores.
- Uma melhor avaliação dos indicadores de educação será feita nos próximos anos, considerando que a interrupção da educação no período pandêmico terá impacto mais expressivo a médio-longo prazo.

¹ Apenas 67,7% da população residente na região Amazônia Legal possuía acesso à internet contra 79,9% no restante do país, de acordo com dados da PNAD Contínua TIC 2019. Infelizmente, não há dados mais recentes sobre o tema.

Síntese (2/2)

- O rendimento domiciliar per capita da região registrou uma queda expressiva de 8,2% entre 2019 e 2021, porém inferior ao restante do país (-11,2%). Nesse mesmo período a pobreza subiu 2,5 p.p. na região e no restante do país (3,6 p.p.). Já a desigualdade de renda apresentou queda na Amazônia Legal entre 2019 e 2021, enquanto no restante do país permaneceu estável. Nota-se, contudo, que a queda na desigualdade registrada na região ocorreu em 2020 coincidindo com as transferências do Auxílio Emergencial. Em 2021, a desigualdade voltou a crescer de forma mais acelerada que no restante do país.
- No tocante ao mercado de trabalho, embora 2021 tenha sido um ano de retomada do crescimento econômico nacionalmente, o desemprego na região da Amazônia Legal registrou crescimento de 1,4 p.p. enquanto a taxa no restante do país ficou estável. Em contrapartida, a informalidade da região aumentou menos que a média do restante do país.
- Em 2021, houve queda na taxa de jovens que não trabalham, não estudam nem procuram trabalho na região da Amazônia Legal, seguindo a tendência verificada no restante do país. Contribuiu para esta queda o retorno de jovens à força de trabalho, em meio à flexibilização das medidas sanitárias, que se deu em um contexto de aumento do desemprego na Amazônia Legal, enquanto no restante do país este se deu de forma mais expressiva via ingresso na informalidade.

UMA CONCERTAÇÃO
PELA AMAZÔNIA



instituto
arapyaú 


MacroPlan